

ATA DA OCTOGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 05-9-2018.

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Moisés Barboza, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Rodrigo Maroni. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados os Projetos de Lei do Legislativo nºs 087 e 107/18 (Processos nºs 0969 e 1212/18, respectivamente), de autoria de Márcio Bins Ely. Também, foram apregoadas mensagens eletrônicas firmadas pelo Presidente, informando que Alvoni Medina representaria externamente este Legislativo, no dia vinte e um de agosto do corrente, em solenidade de reinauguração da capela ecumênica da Sociedade Porto-Alegrense de Auxílio aos Necessitados e em solenidade de abertura oficial da Semana da Pessoa com Deficiência do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de Porto Alegre. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Fernanda Melchionna, Aldacir Oliboni, Sofia Cavedon, Moisés Barboza, este duas vezes, Cláudio Janta e Comandante Nádia. Na oportunidade, foram aprovados os seguintes Requerimentos solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares: de autoria de Adeli Sell, do dia doze ao dia quatorze de setembro do corrente; e de autoria de Fernanda Melchionna, do dia dez ao dia treze de setembro do corrente. Às quinze horas e cinco minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18 (Processo nº 0813/18). Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18, por onze votos SIM e doze votos NÃO, em votação nominal solicitada por José Freitas, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, José Freitas, João Carlos Nedel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 08 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18, por dezesseis votos SIM e nove votos NÃO, em votação nominal solicitada por José Freitas, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, José Freitas, João Carlos Nedel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho

Motorista, Paulo Brum, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Foi votada destacadamente e rejeitada a Mensagem Retificativa nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18, por doze votos SIM e doze votos NÃO, em votação nominal solicitada por José Freitas, tendo votado Sim Airto Ferronato, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudio Janta, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 10 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18, por nove votos SIM e quatorze votos NÃO, em votação nominal solicitada por José Freitas, tendo votado Sim Airto Ferronato, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Mônica Leal, Paulo Brum, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 11 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18, por quatorze votos SIM e doze votos NÃO, em votação nominal solicitada por José Freitas, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein e Não André Carús, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum e Ricardo Gomes. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 12 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18, por quatorze votos SIM e onze votos NÃO, em votação nominal solicitada por José Freitas, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 13 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18, por vinte e cinco votos SIM, em votação nominal solicitada por José Freitas, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 14 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18, por onze

votos SIM e onze votos NÃO, em votação nominal solicitada por José Freitas, tendo votado Sim Adeli Sell, Alvoni Medina, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Mônica Leal, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi rejeitado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/18, por cinco votos SIM e quatorze votos NÃO, em votação nominal solicitada por José Freitas, tendo votado Sim André Carús, Felipe Camozzato, Mônica Leal, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/18 (Processo nº 0720/18), com Veto Parcial, discutido por Ricardo Gomes. Na oportunidade, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Cláudio Janta. Em verificação de votação simbólica solicitada por Dr. Thiago, foi rejeitado Requerimento de autoria de Moisés Barboza, solicitando votação em destaque para a alteração do inciso II do § 4º e a inclusão do § 17, ambos do artigo 20 da Lei Complementar nº 7, de 1973, e para a inclusão dos artigos 21-B e 21-C na Lei Complementar nº 7, de 1973, por dois votos SIM e vinte e um votos NÃO, tendo votado Sim Moisés Barboza e Paulo Brum e Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/18, por vinte e três votos SIM e um voto NÃO, considerando-se rejeitado o Veto Parcial oposto, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein e Não Moisés Barboza. A seguir, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Cláudio Janta. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 138/17 (Processo nº 1192/17), por vinte votos SIM e um voto NÃO, considerando-se rejeitado o Veto Total oposto, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein e Não Moisés Barboza. Às dezesseis horas e seis minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Felipe Camozzato, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do

Legislativo nºs 074, 080, 099 e 109/18. Durante a Sessão, Dr. Thiago, Adeli Sell e Felipe Camozzato manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezesseis horas e seis minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim e José Freitas e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Quero cumprimentar o Presidente dos trabalhos, Ver. José Freitas, e dizer que certamente há muitos temas para nos manifestarmos, mas eu não poderia deixar de comentar a entrevista lamentável do Prefeito à esfera pública na tarde de ontem. O Prefeito ataca os servidores, mente sistematicamente sobre o conjunto de reuniões que foram feitas, ignora e não negocia com uma greve que já está há 35 dias no Município de Porto Alegre e tem um grau de responsabilidade, Ver. Pujol, que é muito grave. Um Prefeito que chama os servidores públicos de criminosos só pode ser chamado de Prefeito psicopata, não tem nenhuma outra palavra para definir um Prefeito que se diz Prefeito da Cidade e trata os servidores dessa maneira. Acho que é fora de qualquer limite da razoabilidade que se espera nas divergências ideológicas. Nós, inclusive, temos muitas divergências ideológicas um com o outro, agora, o Prefeito chamar os servidores dessa maneira é um grau de irresponsabilidade que não pode ser tolerado como normal. Assim como não pode ser tolerado como normal o que está acontecendo no Município de Porto Alegre com a população em situação de rua que foi retirada da Praça Brigadeiro Sampaio, agora, pela manhã, não sei bem o horário, recebemos por WhatsApp e contato dos colegas, sem o acompanhamento da FASC. Não se sabe para onde o Prefeito encaminha as pessoas; ao contrário, é verdadeira a política de tapar o sol com a peneira, violando direitos, não garantindo a assistência social adequada para que as pessoas possam ter alternativas e, ao mesmo tempo, de maneira truculenta, tira os poucos bens que as pessoas têm. O boato seria em função da adoção da orla, mas isso é um escândalo. Eu trato como boato porque não tem nenhuma frase oficial do Governo sobre esse episódio gravíssimo que aconteceu na manhã de hoje. Assim como, Ver. Cecchim, no episódio da Mirabal. O Governo do Estado cedeu um terreno para o Município dizendo que deveria ser usado como centro de referência para que as mulheres que se auto-organizam e fazem o serviço de atenção às mulheres vítimas da violência pudessem ser transferidas sem a reintegração de posse, com a garantia do serviço. O Governo fez um ofício entregando ao Município para esse fim. Sabe, Cecchim, o que o Prefeito Marchezan fez? Disse que não vai usar para esse fim. É inadmissível, um desrespeito com o GT de negociações, com o próprio acúmulo das discussões que permitiu que esse imóvel fosse cedido. É a Escola Benjamin Constant que está fechada há muitos anos e o Governo cedeu então para esse fim, está escrito no ofício, o Município recebeu para esse fim, e aí o Prefeito resolve que não vai ser para

esse fim. Está escrito, oficiado, é inadmissível. E nós queremos fazer esse registro na tribuna, porque é uma irresponsabilidade do Governo Municipal querer tratar a situação das mulheres vítimas de violência como caso de polícia. O que, na verdade, vai acontecer é que um dos poucos espaços que nós temos para a proteção da vida das mulheres está ameaçado de reintegração de posse, mesmo com o terreno cedido, mesmo com o acúmulo de debates, o que mostra que não é só um desrespeito com as mulheres, é um desrespeito com o conjunto da cidade de Porto Alegre, é um desrespeito com a ideia de que o povo possa se auto-organizar e possa, sim, ofertar serviços, quando o Estado falha, porque o própria DEAM reconhece a importância da Mirabal, a própria Defensoria Pública. E como pode que estejamos vendo isso no dia de hoje?

Então, eu queria deixar esse registro: se tem algum criminoso no Município de Porto Alegre, eu só posso achar que é o Prefeito Marchezan, que desrespeita a Cidade, os municipais, os movimentos sociais, a cultura, os moradores de rua, as mulheres vítimas da violência. E eu tenho absoluta vergonha de ver um Prefeito que faz uma entrevista como a de ontem, na esfera pública. É lamentável. Mostra que, lamentavelmente, temos um destemperado e inimigo do povo no Paço Municipal.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que está aqui nesta tarde, a imprensa tem estado presente aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre e tem apontado algo com o que concordo. Neste período eleitoral, há uma crítica muito pontual com relação ao Legislativo, na medida em que nós não votamos matérias já há um bom tempo. Se nós observarmos o plenário e a identificação da presença dos Vereadores, poderemos verificar que, durante a Sessão, geralmente é ultrapassado o quórum estabelecido, isto é, o mínimo do quórum estabelecido, que é de 19 Vereadores. Às vezes, há 30 Vereadores, 25; mas ao chegar na Ordem do Dia, nós não temos 19 Vereadores. Muitas vezes, pagamos caro por isso, pois dizem que é a oposição que retira o quórum. Está claro e preciso, já há umas dez Sessões, que quem não dá quórum é a base do Governo, e tem um motivo muito óbvio: na medida em que o Governo não tem 19 votos para vencer qualquer batalha ou qualquer projeto de lei, obviamente ele recua. E mais do que isso, nós só estamos assim, há quatro Sessões, em um projeto de lei, que é a questão da retirada de recursos dos fundos, ou a extinção de alguns fundos criados pela sociedade porque o Governo percebeu claramente que não tem condições de ter 19 votos. Isso é lastimável, e nós demos razão, neste aspecto, à imprensa, na medida em que a imprensa faz uma crítica muito pontual, porque todo mundo está recebendo o seu salário, todo mundo está recebendo seus benefícios, mas não se produzem resultados, seja a favor ou não dos projetos de lei que ora estão em pauta, mas esta estratégia do Governo, ao encaminhar um requerimento para votar os fundos primeiro, ele imaginava, na sua

concepção, que conseguiria aprovar a mensagem retificativa. Perdeu, e acabou recuando de uma vez por todas. Mas mais do que isso, não quer votar o IPTU, porque também percebeu que vai perder.

De qualquer forma, não é justo que o Governo trabalhe para trancar, para obstruir a pauta aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Até porque temos que dar sinalizações positivas à Cidade, temos que fazer uma crítica muito pontual, como alguns jornais também o fazem, e hoje está em todos os jornais a burocracia estabelecida, e o Governo dizendo que está fazendo uma operação especial, mas a gente vê, esporadicamente, em algum lugar da Cidade, fazendo uma operação tapa-buraco. E faz também ele, o Prefeito, uma crítica muito pontual da própria usina de asfalto que o Governo tem e, na verdade, ele preferia terceirizar para comprar asfalto. Não percebe o Prefeito que, ao terceirizar, poderá pagar o triplo do preço para poder ter esse serviço que está em casa hoje, por ser um serviço público, diria eu.

Mas queria também aqui enfocar não só isso: o Governo está perdendo em todos os lugares. Olha, por exemplo, a licitação que queria fazer com as ambulâncias de Porto Alegre, com o SAMU. O seu próprio Tribunal de Contas anulou a licitação porque o Governo queria, em tese, terceirizar o serviço que sempre foi público, por isso tantas e tantas pautas negativas. Nós queremos dizer aos cidadãos e cidadãs que estão aqui, e que estão vindo em todas as Sessões: nós queremos, sim, votar o projeto de lei que ora ele mandou para a Câmara, tentando retirar recursos dos fundos ou querendo eliminá-los. Nós queremos, sim, derrotar o Governo Marchezan de uma vez por todas, para que ele perceba que tem que respeitar o conjunto da sociedade e, de um modo especial, o programa social. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. Aldacir Oliboni.

O Ver. Adeli Sell solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 12 a 14 de setembro de 2018. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada. Quero cumprimentá-los, todos e todas, nossos colegas municipais; bravas e bravos guerreiros que têm cumprido um papel muito importante para a cidade de Porto Alegre, e minha solidariedade, minha indignação pela forma como são tratados pelo Prefeito Municipal. Pedi para que fosse colocado na tela (Mostra imagem.), porque tem que chocar, do jeito que ficamos chocados ao abrir os jornais hoje. No dia de ontem, Eduardo Leite dizendo que vai mexer no plano de carreira; no dia de hoje, o Prefeito Marchezan, título da coluna de opinião política, que é a coluna mais lida do jornal Correio do Povo: “Marchezan sobre o Simpa: ‘Não negocio com criminosos’.” Eu entendo que o Simpa pode e deve processar por danos morais. Agora chegou no limite, porque eu sou sócia

do Simpa, e eu me sinto ofendida, como eu sei que toda categoria municipal se sente ofendida, como servidores e servidoras sérios que são, sérios, dedicados à sua profissão, ciosos das suas responsabilidades, competentes, que se aprofundam no tema que têm que desenvolver, nas tarefas que desenvolvem e que só estão em greve porque essas tarefas estão profundamente prejudicadas pela forma de gestão do Prefeito Marchezan, porque não é possível achar que o servidor vai fazer um bom trabalho se na sua escola, por exemplo, no caso da educação, faltam 16 profissionais e o Secretário Adriano, para baratear a educação e desqualificá-la, diz para o professor de ciências dar matemática, diz para os professores do laboratório que saiam todos, pois não precisa mais laboratório de aprendizagem, e vão para a sala de aula; pede para um professor delimitado – que significa que por ordem médica ele não deve exercer determinada função – assumir sala de aula, fecha bibliotecas para assumirem sala de aula. Como fazer um bom trabalho se a escola está completamente desorganizada no seu currículo, na sua forma de atender por ausência de profissionais, por falta de segurança, por falta de insumos? Eu dei o exemplo da educação, mas também o HPS fez aqui uma audiência pública duríssima com o Secretário Erno sobre o desmonte do HPS. Os atos na frente do DMAE, as denúncias no Tribunal de Contas e no Ministério Público de que o DMAE está sem condições, que o controle da água está em risco, com manifestações no processo SEI, Ver. Cecchim, do Diretor Darcy, manifestações dele ao Prefeito, ao Secretário, dizendo que há perigo na manutenção, no controle das bombas, no controle da qualidade da água por ausência de nomeação de servidores e servidoras no DMAE. E o Prefeito Marchezan, na sua situação maluca, de alguém que está de costas para isso tudo, de alguém que está promovendo isso tudo, tem uma única fala para a Cidade: o sindicato é partidário, o sindicato é criminoso, a luta é política, a luta é de baderneiros, são eles que não querem trabalhar. É uma fala que assedia o servidor, que desanima os servidores e servidoras, que termina com sua autoestima, que empurra os servidores para a aposentadoria e para a exoneração, e essa fala não pode ser feita em nome da cidade de Porto Alegre, porque ele fala em nome da Cidade. Os cidadãos da nossa Cidade, os comerciantes, os vendedores, as mães de família, os pais e mães de escolas municipais não têm condições de substituir o Prefeito e negociar com os servidores. O Prefeito tem de fazê-lo em nome da nossa Cidade, o Prefeito tem de construir a superação do impasse; essa é a tarefa dele, essa é a função dele, mas ele faz o inverso, ele criminaliza a organização sindical. É muito mais fácil para um Prefeito ter um sindicato a quem se remeter – ou vai falar com os 30 mil municipais individualmente? –, mas não, ele destrói, aliás, ele tenta destruir a representação sindical, porque ele não reconhece direito de trabalhadores e trabalhadoras. Para ele, falar com o Simpa significa reconhecer que os trabalhadores podem – e devem! – se organizar; sentar com a categoria significa reconhecer que a categoria é legítima nas suas reivindicações; e ele não quer fazer isso, porque ele quer destruir o Estado público. Ele diz que a educação pode ser pública, mas não estatal; que a saúde pode ser pública, mas não estatal; ele aposta na terceirização; ele quer fazer um *shopping center* do Mercado Público – é isso o que está encaminhando. Portanto, o Prefeito não fala em nome da cidadania, eu tenho certeza, é muito pior que isso. Ele é quem comete crime,

ele que é criminoso, porque ele acusa sem razões, ele acusa sem provas, ele acusa com falsidade ideológica, ele mente na LDO, ele mente nas finanças, ele mente para enganar o povo que ele está certo, mas ele está muito errado. Viva a luta dos municipais! Prefeito Marchezan, te retira se não queres assumir a tua responsabilidade para superar a crise!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Vereadora. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, nobres colegas aqui presentes, população de Porto Alegre, pessoal que nos acompanha pela TVCâmara. Eu não podia deixar de vir a esta tribuna. Eu vou tentar ser o mais objetivo e o mais simples possível sobre o que foi dito aqui antes. Em primeiro lugar, esta política não leva mais a lugar nenhum: a política do ódio, a política de destruir o partido tal porque está no Governo, e eu sou oposição; ele está destruindo; ele é um destruidor; ele é um psicopata. Eu faço um pedido: que as pessoas que subiram aqui na tribuna e disseram que o Prefeito Marchezan é tudo isso por não pagar os servidores em dia, como se...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Fernanda Melchionna.)

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): ...Eu estou falando da Ver.^a Sofia, não estou falando da senhora, Ver.^a Fernanda. Então, eu lhe respondo: que bom que a senhora sabe que foi a senhora que chamou ele de psicopata. Para mim, psicopata é a forma de fazer política com o fígado, não com a inteligência, ou com o fazer o bem para as pessoas e vir aqui e dizer que é para destruir o serviço público. Então eu faço um pedido para a Ver.^a Sofia Cavedon, do PT, que vá lá em São Leopoldo, onde o seu prefeito é do PT, não tem pago os serviços públicos em dia. Eu nunca vi a senhora vir aqui dizer a mesma coisa do seu prefeito de lá, do PT, de São Leopoldo. Eu gostaria que a senhora tivesse a mesma coerência!

E quero deixar claro aos representantes do Simpa e do serviço público municipal que eu gostaria concluir a minha linha de raciocínio sem brigar. Em primeiro lugar: eu não vou pessoalizar. Eu não vou dizer aqui que todos nós temos os nossos salários pagos pela população, porque servidor público e os Vereadores têm seus proventos que vêm da população. Mas a sociedade não aguenta mais pagar tanto tributo e não ter serviço público de qualidade e de retorno para isso. Eu quero saber dos Vereadores que a senhora apoia como se posicionaram aqui sobre esse caso do reajuste inflacionário dos Vereadores! Pergunte aos seus Vereadores. Eu sei como eu me posicionei. A senhora sabe como seus Vereadores se posicionaram? Pergunte para eles.

Então, eu quero dizer que a sociedade não aguenta mais. Sabe o que a sociedade não aguenta mais? Falaram do IPTU aqui. Olha só, temos uma bancada aqui

dos Vereadores do PDT que tem um candidato ao Governo do Estado, inclusive apoiado por vários Vereadores, que foi o Prefeito de Canoas, que nos repete que é um bom homem público, que é um bom governante e que aumentou mais de 300% o IPTU. Por que eles não vêm aqui e dizem isso? Eles não reduziram a alíquota. E mais vergonha eu tenho dos Vereadores do meu partido, lá naquele município, que, por politicagem, foram contra, porque fizeram o discurso mais fácil para se eleger e se reeleger. Então, é verdade, ele era do PT quando aumentou mais de 300% o IPTU. Muito obrigado, Ver. João Bosco. É outra verdade que tem que ser dita.

Então, eu tenho que fazer aqui apenas um apelo para as pessoas e deixar uma reflexão aqui, e aí peço um pouquinho a atenção dos mais experientes, Ver. Idenir, Ver. Ferronato, Ver. Nedel, a Ver.^a Sofia estadualizou a discussão, citou candidatos ao Governo do Estado. Tem que se fazer uma reflexão aqui: por que será que esses sindicatos, esses partidos que dominam os sindicatos, ou vamos fingir aqui que o Simpa não tem a sua esmagadora maioria de diretores militantes do PT? Eu poderia pessoalizar...

E quero usar, Sr. Presidente, o tempo de Liderança de Governo.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Moisés Barboza prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder, pelo Governo.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Eu não vou pessoalizar como fazem conosco, eu poderia botar aqui o salário desses diretores e dizer...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): ...que eles recebem o dinheiro público como provento, e dizer que o diretor do Simpa ganha R\$ 13.000,00, esse diretor ganha R\$ 12.000,00, esse diretor ganha R\$ 9.000,00, e estão lá, alguns não prestam serviço lá na ponta para a sociedade e fazem o trabalho para o seu sindicato. Isso não é ilegal, mas também não é ilegal o que as pessoas públicas fazem aqui e recebem o dinheiro da sociedade. Sem pessoalizar, não vou fazer nominalmente isso, mas vou dizer que, quando a gente estadualiza essa discussão, eu peço uma reflexão aqui dos representantes de corporações e sindicatos. Estamos vendo aí no Estado, Ver.^a Comandante Nádia, algumas candidaturas que ao natural parecem que vão despontar e chegar ao 2º turno. As candidaturas que chegarão ao 2º turno, não sei de que partido serão, parecem que não fazem a política do ódio, e aí vocês têm que fazer o seguinte, eu faço um apelo para que todos nós façamos esse questionamento: isso tem um significado, a população do Rio Grande do Sul cansou da política da raiva, cansou dessa política do populismo, está cansada, e eu acredito que os representantes que chegarão ao 2º turno tenham um traço interessante, quando terminar a disputa eleitoral, ambos sabem que precisarão um do outro para governar, porque o Estado do Rio Grande do

Sul não tem que prestar serviço à corporação e sindicato e sim, à população. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; queria, primeiramente, saudar todos os trabalhadores taxistas pelo dia de hoje, quando é comemorado o Dia do Taxista, o dia das pessoas que conduzem a população de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, de todo o Brasil. Muitas vezes, nos seus veículos, fazem partos, salvam vidas, queria saudar esses profissionais no seu dia.

Queria falar da política do ódio, como o Ver. Moisés concluiu aqui. Eu acho que política do ódio a gente vê, na verdade, quando a gente vê a população da nossa Cidade levar seus filhos para uma escola e ver essa escola não ter professores. Política do ódio a gente vê quando chegam nesta Casa projetos tirando o direito das pessoas; política do ódio a gente vê quando se faz uma campanha eleitoral – agora nós estamos em campanha eleitoral –, e aparecem candidatos como salvadores da pátria, sabem tudo da nossa Cidade, do nosso Estado! Depois, quando assumem, a realidade nua e crua, chegam à mesa, e aí dizem que não era bem assim. Durante o período eleitoral, dizem que não vão aumentar impostos; durante o período eleitoral, dizem que vão resolver todos os problemas da situação. Entram no governo, fazem parte dos governos, aí chega uma nova eleição, Ver. Idenir Cecchim, viram a curva e têm novas soluções.

Eu acho que isso é bom para os eleitores verem, nós estamos na porta de uma nova eleição e vão surgir os salvadores da pátria. Em toda eleição aparece isso, aparecem os milagreiros, as pessoas que têm as soluções para salvar o mundo, quando, na verdade, essas soluções são velhas, arcaicas e, na maioria das vezes, ainda culpam quem está atendendo nos postos de saúde; quem está dando educação para os nossos filhos nas escolas públicas; quem nos está garantindo a segurança. Então, aparecem de bom moço, que farão o bem para as pessoas, mas, quando são necessários exames para salvar vidas, esses são realizados por amostragem. Acho que temos que cuidar, porque política com ódio é isso: é não levar em conta a vida das pessoas; é não levar em conta o que os nossos filhos precisam – escola em tempo integral; é não levar em conta a necessidade de acesso à saúde 24 horas. Acho que isso é política com ódio, uma política que destrói. Fica quatro anos no Governo e, ao final do mandato, diz que tem saída para tudo, que vai reconstruir tudo novamente, do zero. Acho que temos que aproveitar o que tem de bom e dar continuidade, e não esquecermos o que houve nesses quatro anos de Governo. Nós vivemos numa Cidade onde o gestor é a pessoa que mais prega o ódio! O Prefeito vai para o rádio, para a TV, para os jornais pregar o ódio. Em nenhum momento ele proferiu uma palavra que tenha trazido conforto à população. Ele disse que nós vivemos numa Cidade em que nada presta; ele disse que nós vivemos numa Cidade em que nada funciona; ele diz que nós vivemos em uma Cidade arrasada...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): A Ver.^a Fernanda Melchionna solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 10 a 13 de setembro de 2018. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Obrigada, Presidente José Freitas; no teu nome, eu gostaria de cumprimentar os colegas Vereadores e Vereadoras que estão presentes no plenário, e aqueles que nos acompanham pela TVCâmara. Quero agradecer a minha bancada por este momento de liderança, principalmente ao nosso Líder Cecchim, ao Mendes, e dizer que ontem nós tivemos um momento ímpar aqui na Câmara de Vereadores, tivemos uma Sessão Solene pelo transcurso da Semana da Pátria. Infelizmente, tivemos poucos Vereadores presentes, tampouco o público, que, volta e meia, está aqui a gritar. Ontem, quando nós deveríamos estar gritando pelo Brasil, quando nós deveríamos estar homenageando a nossa Pátria, pouca assistência nós tivemos. Infelizmente, aqui as pessoas vêm para gritar por conta do seu umbigo, não pela coletividade. Hoje... (Vaias.) Obrigada, quando se vaia é porque a gente tem razão, isso aí é bom. Quero dizer que a Pátria Brasil está precisando de bons regentes, está precisando de pessoas comprometidas, está precisando de pessoas éticas, de pessoas que não tenham interesses individuais, que não tenham interesses corporativistas. Chega de corporativismo! Nós temos um Brasil, um Rio Grande do Sul e uma Porto Alegre muito rica, o que falta é maturidade política para que nós possamos fazer o que tem que ser feito.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Quero dizer para quem está gritando que, primeiro, a gente ouve, depois a gente fala, isso é educação. Presidente, eu vou pedir para...

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Pessoal, pediria um pouquinho de silêncio, vamos respeitar a Vereadora na tribuna. Obrigada.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Não vou ficar aqui disputando o microfone com quem está lá. Quem quiser usar este microfone, coloque seu nome a concorrer, se eleja e venha aqui fazer o que tem que fazer. Gostaria de dizer que ontem, na Semana da Pátria, quando os senhores e as senhoras deveriam estar gritando por mais ética, não os vi aqui gritando. Não vi vários Vereadores também,

colegas que tanto falam pela soltura do Lula, o melhor Presidente do Brasil, virem aqui falar sobre o Brasil. Nós queremos que os valores que hoje estão invertidos sejam retomados. Chega de minoria querer ganhar no grito. Chega de falta de ética, de moral, de ver nossas crianças e adolescentes serem tradicionalmente, nas escolas, conduzidos ao erro. Chega de termos índices de educação baixos em Porto Alegre, nos nossos municípios. Nós precisamos de pessoas comprometidas.

Ontem, além da Semana da Pátria, do fogo da Pátria, que não vai apagar, nós tivemos também, Presidente, um momento muito rico de homenagem aos 20 anos do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, programa realizado pela Brigada Militar, por nobres soldados, sargentos e oficiais da Brigada Militar que, de forma voluntária, dão aula nas escolas estaduais, municipais e particulares para crianças de 4º, 5º, 7º ano, ensinando esses estudantes a resistirem às drogas, drogas essas que tem muita gente que quer liberar; drogas essas que tem Parlamentares que dizem que são a favor da liberação, o que nós não podemos deixar que aconteça. Mais de 90% das ocorrências atendidas pela Brigada Militar dizem respeito à posse de entorpecentes ou ao tráfico de drogas, isso que a droga não está liberada no Brasil, isso que nós não produzimos droga no Brasil. Então, ontem, na nossa homenagem aos 20 anos do Proerd, aos 20 anos de um programa efetivo e eficaz que a Brigada Militar executa com os nossos estudantes, nós tínhamos que estar aqui todos presentes. Esses nobres soldados, oficiais e sargentos da Brigada Militar, com muita galhardia, muita coerência, muito carinho e dedicação, fazem com que crianças e estudantes não se rendam às drogas e à violência. Além disso, nós temos que enaltecer esse trabalho da Brigada. Diferentemente do que alguns pensam, a Brigada não é só repressora, ela é repressora para aqueles criminosos que assim merecem, mas ela é muito mais do que isso: ela é preventiva, ela trabalha na proteção daqueles que precisam, daqueles que mais carecem.

Quero dizer, para finalizar, Presidente, que, se queremos que os nossos modelos, que as nossas façanhas sejam modelos a toda a Terra, não podemos mais ficar em berço esplêndido. Com certeza, Brasil; com certeza, Rio Grande do Sul; com certeza, Porto Alegre, um filho teu, que tem costumes, que tem moral, que tem ética, que tem valores não fugirá à guerra, não fugirá à luta. E o Brasil, que ontem nós homenageamos, continuará verde e amarelo, nunca será vermelho. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB) – às 15h05min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO

(encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0813/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 010/18, que dispõe sobre diretrizes para a criação e a extinção de fundos públicos, e novas regras para movimentação financeira dos atuais fundos, criação do Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal, autoriza o Poder Executivo a reverter os saldos financeiros dos fundos ativos e extintos ao Tesouro Municipal, e dá outras providências.

Observações:

- com Emendas nºs 01, 02, 04 a 08 e 10 a 14, Subemendas nºs 01 e 02 à Emenda nº 06 e Subemendas nºs 01, 02 e 03 à Mensagem Retificativa nº 01;
- retiradas as Emendas nºs 03 e 09;
- com Mensagens Retificativas nºs 01 e 02;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 02-07-18 por força do art. 95 da LOM;
- votação da Emenda nº 07 NULA por falta de quórum em 29-08-18.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 010/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 010/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 16 votos **SIM** e 09 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Mensagem Retificativa nº 02, destacada, ao PLCE nº 010/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 010/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 09 votos **SIM** e 14 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 11, destacada, ao PLCE nº 010/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 010/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 13, destacada, ao PLCE nº 010/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 14, destacada, ao PLCE nº 010/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLCE nº 010/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 05 votos **SIM** e 14 votos **NÃO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0720/18 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 004/18, que altera a al. *k* do § 1º do art. 20, o inc. XXVII do art. 21 e o subitem 13.05 da Lista de Serviços; inclui o art. 21-A, o parágrafo único no art. 25, a alínea *d* ao § 1º do art. 59 e revoga o inc. VI do art. 18-B e as als. *b*, *c* e *d* do § 1º do art. 20; todos da Lei Complementar nº 07, de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município; revoga a Lei Complementar nº 283, de 1992; revogando os benefícios fiscais do ISSQN que estão em desacordo com o art. 8º-A da Lei Complementar Nacional nº 116, de 2003; retirando a exigência da certificação para a concessão de benefício fiscal; possibilitando a baixa de ofício, no cadastro fiscal do ISS, da inscrição de contribuinte que deixou de entregar a Declaração Mensal e não realizou qualquer recolhimento do imposto no período de 3 anos ininterruptos; possibilitando a notificação por meio eletrônico; incluindo e esclarecendo serviços sujeitos à tributação pelo ISSQN, previstos no subitem 13.05 da Lista de Serviços.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ricardo Gomes: pela rejeição do Veto Parcial;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela rejeição do Veto Parcial (empatado);
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Paulinho Motorista: pela rejeição do Veto Parcial (empatado).

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 30-08-18 (quinta-feira).

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Em discussão o PLCE nº 004/18, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, colegas; nós estamos começando a discussão do veto ao projeto do ISS, um projeto que foi apresentado pela Prefeitura Municipal para fazer a adequação

da lei municipal do ISS à Lei Complementar nº 157/16, uma lei federal. O que é que acontece? A Lei nº 157/16 estabeleceu que não pode ser dado benefício fiscal com o ISS nos municípios, isto é, alíquotas de menos de 2% do faturamento.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Senhoras e senhores, volto a dizer: a Lei Complementar nº 157 diz que não poderia haver benefício fiscal nos municípios, isto é, nenhuma alíquota de menos de 2% do faturamento. O projeto que veio para cá parecia estender essa ideia, esse conceito às sociedades uniprofissionais, como as sociedades de médicos, as sociedades de advogados, que não são objeto de benefício fiscal, e sim de um regime tributário próprio que é dado por outra lei federal. Portanto, trata-se de um regime próprio, não de um benefício fiscal concedido na lei geral do ISS. Nós apresentamos, o Dr. Thiago e eu, e à época do primeiro projeto também, a Ver.^a Mônica Leal foi signatária, nós apresentamos uma emenda apenas para esclarecer que às sociedades profissionais não se aplica esta regra dos 2% do faturamento, como diz o Decreto-Lei Federal nº 406. Pois bem, à época, nos foi dito que era desnecessária até a aprovação dessa emenda, porque era óbvio que não se tratava, neste caso, de benefício fiscal, e sim de um regime próprio. Ainda assim dissemos: o que abunda não prejudica. Passamos a emenda com grande maioria nesta Casa, ela foi aprovada por 25 votos a 6 neste plenário. Posteriormente, foi vetada pelo Executivo, dizendo que se tratava de um benefício fiscal, o que nos assusta muito, porque, pelas razões expressas no veto, parece que o Município de Porto Alegre quer cobrar 2% sobre o faturamento dessas sociedades profissionais, o que é ilegal, o que contraria o Decreto-Lei nº 406.

Portanto, o que nós estamos propondo é a derrubada do veto para restabelecer o que a legislação federal já disse, que esta tributação específica das sociedades profissionais... Vejo aqui representantes da OAB, vejo representantes do Simers, conversamos com o Conselho Regional de Contabilidade, com muitas profissões liberais que estão organizadas, com os engenheiros, com os arquitetos, com várias profissões que estão organizadas como sociedades uniprofissionais para esclarecer que, nesse caso, não se trata de um benefício fiscal, e sim de um regime próprio.

É isso que nos faz pedir a derrubada do veto, porque há uma confusão conceitual no veto que foi apresentado, como se se tratasse de um benefício que não é... Inclusive, sem essa emenda, o projeto ficaria inconstitucional, nós estamos salvando o projeto do Executivo, resgatando a sua constitucionalidade e garantindo às profissões liberais que elas não terão uma tributação exacerbada, o que faria com que pequenas clínicas médicas, pequenos escritórios de advocacia, jovens que estão entrando no mercado de trabalho fossem sobrecarregados. O segundo aspecto dessa emenda é que a Fazenda Municipal estava desconstituindo essa tributação específica, esse regime próprio em situações absurdas. Por exemplo: quando um escritório de advocacia tem um bibliotecário, diziam “isso virou uma empresa, não é mais um escritório de

advocacia”, o que é, obviamente, um absurdo. A emenda visava corrigir isso. Por isso nós pedimos aos colegas, na linha do parecer do Ver. Paulinho Motorista, também na linha do parecer da CCJ, a derrubada do veto parcial, para restabelecer a segurança jurídica das profissões liberais em Porto Alegre, e para que não haja uma sangria de profissionais liberais de Porto Alegre para as cidades vizinhas ou para os grandes centros do País. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, como estamos discutindo e deveremos votar o veto, e há necessidade de quórum qualificado, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza, solicitando que sejam votados em destaque a alteração do inc. II do § 4º, a inclusão do § 17, ambos do art. 20 da Lei Complementar nº 007/73, e a inclusão dos arts. 21-B e 21-C na Lei Complementar nº 007/73. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR DR. THIAGO (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de votação do Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza, já que a votação foi simbólica.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Defiro seu pedido. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Dr. Thiago, o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza, em verificação de votação. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 02 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Presidente, quero dizer, ressaltando e sublinhando aquilo que o Ver. Ricardo Gomes disse, que estas emendas e este projeto foram todos, lá na origem, acordados com o Governo, que, inclusive, solicitou a mim e ao Ver. Ricardo Gomes que retirássemos de pauta um projeto com o mesmo teor dessas emendas. Eu só quero deixar o registro, para que fique nas notas taquigráficas também, de que não cumpriram o acordo que foi combinado. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Em votação nominal o PLCE nº 004/18, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o projeto por 23 votos **SIM** e 01 voto **NÃO**. Rejeitado o Veto Parcial.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1192/17 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 138/17, de autoria da Ver. Alvoni Medina, que institui a Política Municipal dos Direitos do Idoso no Município de Porto Alegre.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela rejeição do Veto Total.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 30-08-18 (quinta-feira).

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Em discussão o PLL nº 138/17, com Veto Total. (Pausa.) Não há quem queira discutir.

VEREADOR ADELI SELL (PT): A nossa bancada reafirma a derrubada do veto, porque é um bom projeto conforme o próprio relator.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Está registrado, Ver. Adeli Sell.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Em votação nominal o PLL nº 138/17, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o projeto por 20 votos **SIM** e 01 voto **NÃO**. Rejeitado o Veto Total.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

Gostaria de aclarar para os nossos colegas Vereadores que estamos num impasse em relação aos vetos do projeto dos *food trucks* com o Executivo. Teremos reunião ainda esta semana, para esclarecer alguns dos vetos. Conto com a compreensão dos senhores, para que a gente não faça a votação sem ter o devido esclarecimento. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Doze Vereadores presentes. Não há quórum.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB) – às 16h06min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0812/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 074/18, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que denomina Estrada Amarolino Vilela o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Dois – Estrada Otaviano José Pinto –, localizado no Bairro Lami.

PROC. Nº 0868/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 080/18, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Avenida Kurt Max Hauser o logradouro não cadastrado conhecido como Rua E – Loteamento Nossa Senhora da Esperança, localizado no Bairro Belém Velho.

PROC. Nº 1075/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 099/18, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que denomina Rua Nair Garcia Martins o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil e Dezesseis – Loteamento Parque do Salso, localizado no Bairro Restinga.

PROC. Nº 1246/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 109/18, de autoria do Ver. André Carús, que inclui o evento Feira de Artesanato, Artes Culinárias, Economia Popular e Brique – Feira e Brique da Praça Zeferino Brasil – no Anexo I da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser realizado aos sábados.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.
Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h06min.)

* * * * *